

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	Unidade	31/10/2011	382	31/10/2011	382
Prevalência de anemia em crianças indígenas com idade entre 6 e 59 meses	%	31/12/2009	51,3	31/12/2009	51,3
Proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade	%	31/12/2009	45,9	31/12/2009	45,9
Proporção de crianças indígenas com déficit de estatura para idade	%	31/12/2009	26	31/12/2009	26
Taxa de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2009	41,9	31/12/2011	41,8

Observações:

Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios - Cerca de 10 Terras Indígenas foram trabalhadas em 2012, contudo, não se alcançou a efetiva extrusão de não indígenas em decorrência de fatores externos, por essa razão não houve variação no indicador. Prevalência de anemia em crianças indígenas com idade entre 6 e 59 meses - , Proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade e Proporção de crianças indígenas com déficit de estatura para idade – não houve novo Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, por essa razão os índices não foram atualizados.

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Com o objetivo de garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, destacam-se no ano de 2012 as seguintes ações: 31 Terras Indígenas foram trabalhadas em identificação e delimitação; complementação de estudos e caracterização da ocupação indígena, sendo Região Norte: 6; Região Sul: 9; Região Sudeste: 10; Região Nordeste: 2; Região Centro-Oeste: 4; 13 Terras Indígenas com Resumo do Relatório Circunstanciado publicado (Região Norte: 8; Região Sul: 1; Região Nordeste: 3; Região Centro-Oeste: 1); 8 Terras Indígenas trabalhadas em Levantamento Fundiário/ Avaliação de benfeitorias (Região Norte: 2; Região Sul: 1; Região Sudeste: 1; Região Nordeste: 3; Região Centro-Oeste: 1); 8 Terras Indígenas trabalhadas em Comissão de Pagamento de benfeitorias de boa-fé (Região Norte: 3; Região Sul: 1; Região Sudeste: 2; Região Nordeste: 2); 2 Terras Indígenas com Portaria de Restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai (interdição) (Região Norte: 1; Região Centro-Oeste: 1); 7 Terras Indígenas com processos encaminhados ao Ministério da Justiça para expedição de portaria declaratória (Região Norte: 2; Região Sul: 1; Região Nordeste: 4); 2 Terras Indígenas declaradas de posse permanente indígena (Região Norte: 1; Região Sul: 1); 1 Terra Indígena com processo encaminhado para expedição de decreto de homologação da demarcação (Região Norte); 7 Terras Indígenas com decreto de homologação expedido (Região Norte); 30 Terras Indígenas com a demarcação e/ou aviventação de

limites concluída (demarcação 16 - avivantação - 14); 1 Terra Indígena registrada no Cartório de Registro de Imóveis (CRI); 16 Terras Indígenas registradas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

- Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

(Região Norte: 7; Região Sul: 2; Região Nordeste: 7); 47 Ações de retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em grande parte executadas em conjunto com o Departamento de Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e outros órgãos (Ibama, ICMbio e Polícia Militar). No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, áreas em geral mais preservadas ambientalmente no território nacional, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Para 2013, a Funai pretende intensificar as ações de regularização fundiária, com a identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá e Nandeva, no Mato Grosso do Sul e das terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, no interior da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) das BRs 317 e 319; de antigas demandas por terra no Nordeste, especialmente pelas etnias Fulni-ô e Truká; de áreas Munduruku, no médio Tapajós/PA. A Funai efetuará registros e regularização fundiária com a extrusão de ocupantes não-indios em 10 terras indígenas. Com vistas à proteção de índios isolados e de recente contato, a Funai realizará em 2013 a identificação e localização de referências de índios isolados, especialmente nas Frentes de Proteção do Médio Xingu e Cuminapanema. Em 2013, é propósito da Funai concluir a extrusão da Terra Indígena Yanomami, com a construção de outras duas bases de Proteção Etnoambiental. Para o próximo ano está prevista a demarcação física de 18 terras indígenas e avivantação dos limites de nove terras.

Metas 2012-2015

- Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras

Análise Situacional da Meta

Para se constituir uma reserva indígena diversos são os procedimentos a serem executados que podem se estender por alguns anos até a conclusão do processo, tais como: estudos de campo com a identificação da área, medição, vistoria e avaliação das terras. Outra parte refere-se ao procedimento administrativo que trata da elaboração e aprovação do relatório para constituição da área reservada, das peças técnicas da avaliação, da aprovação jurídica e da Presidência do órgão, finalizado com a obtenção do imóvel e sua escrituração em cartório. Tem-se ainda a observar que, em caso de aquisição não seguir na forma consensual junto ao proprietário, caberá medidas da edição de decreto de desapropriação do imóvel. Em 2012, foram realizadas as atividades de campo da parte técnica sobre a avaliação de três imóveis, restando os trâmites administrativos para se efetivar a aquisição das terras que constituirão as reservas indígenas. Dessa forma, a continuidade do processo será em 2013, além de outras duas áreas cujos procedimentos técnicos terão início no decorrer do referido exercício. A diretoria responsável da Funai que atua nesse processo tem ainda como objetivo regulamentar normativa que visa agilizar o processo de aquisição de terras para as comunidades indígenas. Em 2012, realizaram-se estudos técnicos nas áreas denominadas Ilhas da Tapera, em Pernambuco, Fazenda Jenipabeiro, no estado da Bahia e do imóvel Fazenda Montana, em São Paulo, essa última tratando de compromisso firmado para a aquisição de imóvel em compensação da instalação de empreendimento que impactou as comunidades indígenas. Como explicado, diversas atividades são implementadas de ordem técnica e administrativa para chegar à conclusão do processo de aquisição das terras para a constituição de uma reserva indígena. Ainda não ocorreu a finalização dos processos de aquisição das terras trabalhadas em 2012 para constituição de Reserva Indígena.

- Delimitação de 56 terras indígenas

Análise Situacional da Meta

A partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2012-2015, decidiu-se por concluir procedimentos antigos em todos os estados da Federação, com destaque para cinco terras ocupadas pelo povo Mura, no Amazonas, cujos processos demarcatórios foram iniciados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 2012 foram delimitadas treze terras indígenas (TIs), com a seguinte distribuição geográfica:

a) Territórios Indígenas da Amazônia Legal: Tuwa Apekoukawera - PA, Taego Awa - TO, Ponciano - AM, Sissaima - AM, Vista Alegre - AM, Murutinga/Tracaja - AM, Jauary - AM e Paquiçamba - PA, Kanela Memortumré - MA

b) Territórios Indígenas do Nordeste: Tremembé da Barra do Mundaú/CE - Grupo Tremembé - 3.580 ha – DOU 06.02.2012 e Wassu Cocal/AL - Grupo Wassu - 9.098 ha - DOU 13.07.2012.

c) Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste: Tenondé Porã/SP - Grupo Guarani - 15.969 ha – DOU 19.04.12 e Menku/MT - Grupo Myky - 146.398 ha - DOU 19.04.12.

Ainda no ano de 2012, foram constituídos sete novos Grupos Técnicos (GTs) visando à delimitação de terras indígenas: Amâncio e Mbiguaçu (SC), Anacé (CE /Reserva), Baixo Seruini/Baixo Tumiã (AM), Fazenda Remanso Guaçu (TI Yvy-Katu/Porto Lindo) (MS), Lomba do Pinheiro, Lami, Estiva e Capivari (RS), Riozinho (AM) e Tereza Cristina (MT).

Foram constituídos também treze GTs de estudos complementares: Anacé (CE), Caxixó (MG), Iguatemepegua (MS), Itaporanga e Barão de Antonina (SP), Jaraguá (SP), Karitiana (RO), Kapôt Nhinore (MT/PA), Kaxarari (RO), Nandevapegua (MS), São Luiz do Tapajós e Pimental (PA), Cahy Pequi (BA), Tekoa Peguaoty, Tekoa Amba Porá, Tekoa Uruity e Tekoa Jaikoaty (SP) e Tekoa Pindoty, Tekoa Guaviraty (Subaúma), Tekoa Itapuã (Icapara I), Tekoa Jejty (Toca do Bugio) e Tekoa Itaoka (Icapara II) (SP).

Para o planejamento de ações de 2013, com base em critérios técnicos, serão priorizadas as delimitações das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowa e Nandeva no cone sul do Mato Grosso do Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de situações antigas no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; e de áreas Munduruku no médio Tapajós/PA, no interior da ALAP (Área de Limitação Administrativa Provisória) das BRs 317 e 319.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	9	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	2	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25	unidade	2	31/12/2012

- Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Ainda na fase de planejamento, tendo sido feitas, em 2012: a análise de pré-requisitos para implantação do sistema e a verificação dos dados cartográficos a serem utilizados pelo sistema.

- Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram encaminhados sete processos (Terra Indígena (TI) Cué-Cué/Marabitanas/AM, TI Guanabara/AM, TI Votouro/Kandóia/RS, TI Barra Velha do Monte Pascoal/BA, TI Tremembé de Queimadas/CE, TI Tumbalalá/BA e TI Tupinambá de Olivença/BA) ao Ministério da Justiça, com vistas a expedição de Portaria Declaratória.

Em 2012, foram declaradas de posse permanente indígena as Terras Indígenas Maracaxi/PA, grupo indígena Tembé, com uma superfície de 720 ha; e Mato Preto/RS, grupo indígena Guarani Chiripá e Mbyá, com superfície de 4.230 ha.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	15	unidade	1	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	0	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	20	unidade	1	31/12/2012

- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Após as articulações técnicas e políticas iniciadas entre os órgãos públicos federais competentes para tratar da temática de incêndios florestais em terras indígenas, foi encaminhado às Presidências do Ibama e do ICMBio as propostas de Acordos de Cooperação Técnica visando uma atuação conjunta e articulada entre os órgãos envolvidos para o enfrentamento e combate a incêndios florestais em terras indígenas. A proposta do referido Acordo de Cooperação Técnica está em análise no âmbito dos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente. A despeito do Acordo de Cooperação ainda não ter sido efetivado, se encontrando em trâmite entre os órgãos, já estão sendo executadas diversas ações que fortalecem o combate e a prevenção de incêndios em terras indígenas, por meio de uma estratégia articulada, principalmente, entre Funai e Ibama. Houve uma orientação conjunta entre Funai/Sede e Ibama/Sede às suas respectivas unidades descentralizadas, estabelecendo um procedimento comum para atuação articulada (definição conjunta das terras a serem trabalhadas, apoio logístico, etc) entre os referidos órgãos no combate aos incêndios florestais em terras indígenas. Para atuar na prevenção a incêndios, novos grupos indígenas foram capacitados nas Terras Indígenas (TI): Pirakuá (MS), Fazenda Guarani (MG), Xakriabá (MG), Kraolândia (TO), Apinayé (TO) e no Parque Indígena do Xingu (MT). No caso da Terra Indígena Kadiwéu (MS) houve contratação por parte do Ibama de uma brigada formada exclusivamente por indígenas para o combate e prevenção de incêndios florestais. As referidas Terras Indígenas estão localizadas no bioma Cerrado, região mais vulnerável a incêndios florestais. Além disso, servidor da Funai foi formado como instrutor de brigada, numa parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Durante o período crítico de seca, a Funai participou ativamente do Centro Integrado Multiagências (Ciman), que coordena os esforços nacionais de combate a incêndios. Outra ação foi o monitoramento realizado por técnicos da fundação que, analisando imagens de satélite, identificaram focos de calor e acionaram as equipes das Coordenações Regionais da Funai para checagem das informações e adoção das ações subsequentes. Os órgãos responsáveis pelas ações de combate a incêndios – Ibama e ICMBio – receberam apoio logístico e material da Funai para agir nas Terras Indígenas.

- Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas

Análise Situacional da Meta

No processo de estruturação das doze Frentes de Proteção Etnoambiental - FPE, a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados realizou uma série de medidas para incrementar a infraestrutura das Frentes que foram fundamentais. Foi dado incremento substancial na infraestrutura física de duas Frentes de Proteção Etnoambiental criadas no ano de 2010, sendo estas: FPE Uru-Eu-Wau-Wau (TI Uru-Eu-Wau-Wau) e FPE Guaporé (TIs Massaco, Tanaru e Rio Omerê).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela

Análise Situacional da Meta

Essa meta objetiva ampliar a capacidade de atuação da Funai nas áreas de maior vulnerabilidade aos ilícitos territoriais e ambientais em região de fronteira. São definidas a partir do processo de planejamento as áreas a serem priorizadas em cada exercício. Em 2012 decidiu-se pela estruturação da Coordenação Regional do Vale do Javari, unidade descentralizada da Funai, localizada na região da fronteira Brasil-Peru e a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, unidade descentralizada especializada na proteção de índios isolados, também localizada na região da fronteira Brasil-Peru. Neste sentido, foi construída uma base de fiscalização flutuante na região do rio Curuçá na Terra Indígena Javari, área mais vulnerável aos ilícitos transfronteiriços (contrabando) e ilícitos ambientais (pescadores, caçadores e madeireiros ilegais). Ademais, foram adquiridos diversos equipamentos (barcos, motores, placa solares, GPS, geradores de energia, rádios, etc) para o serviço de monitoramento territorial da Coordenação Regional da Funai no Vale do Javari e para a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, dotando as respectivas unidades com estrutura adequada para o desenvolvimento de ações de proteção e fiscalização da terra indígena Vale do Javari, localizada na região de fronteira entre Brasil e Peru. Foram alocados recursos de investimento no valor de R\$ 71.700,00 para a estruturação da base de fiscalização do Curuçá e R\$ 118.000,00 para estruturação dos serviços de monitoramento da Coordenação Regional do Javari e Frente de Proteção Etnoambiental, totalizando um valor global de investimento de R\$ 189.700,00 para cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	5	unidade	1	31/12/2012

- Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas.

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas fiscalizações de forma conjunta com outros órgãos e instituições em oito Terras Indígenas, nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

Foram realizadas dezenove atividades de localização de índios isolados sob referências não confirmadas. Cada atividade de localização compreende um conjunto de: estudos por sensoriamento remoto, expedições terrestres e fluviais e levantamentos por sobrevoo.

Foram confirmadas duas referências de índios isolados, sendo uma no estado do Amazonas e outra no estado de Roraima.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	8	unidade	2	31/12/2012

- Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 terras, sendo 83 na Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Tais atividades consistiram desde operações interinstitucionais (Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, ICMBio, etc) de combate a ilícitos ambientais, até atividades de apoio a vigilância realizadas pelas próprias comunidades indígenas, bem como ações de monitoramento de conflitos fundiários.

Quantidade alcançada

159

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	170	unidade	83	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	29	unidade	10	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	66	31/12/2012

- Homologação da demarcação de 40 terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Foram homologadas por meio de Decreto Presidencial sete Terras Indígenas: Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipaya/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM. Ainda em 2012, a Funai encaminhou ao MJ o processo da Terra Indígena Arara da Volta Grande/PA (25/06/2012), com vistas a emissão do Decreto de Homologação Presidencial.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	24	unidade	7	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	5	unidade	0	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	0	31/12/2012

- Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas

Análise Situacional da Meta

Houve em 2012 a discussão da proposta metodológica, a definição dos conteúdos programáticos e a contratação de profissionais que atuarão no Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas. Objetivando habilitar servidores e indígenas para as atividades de fiscalização e vigilância das terras indígenas, o Programa de Capacitação de Proteção Territorial da Funai elaborou, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ), um conjunto de materiais didáticos sobre os temas: Cartografia Básica e Uso de GPS, Vigilância Indígena, Monitores Indígenas, Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas e Serviços Ambientais. Testes piloto do material foram realizados por meio de cursos ministrados em comunidades indígenas e em Coordenações Regionais da Funai. O material referente à temática de Legislação Indigenista e Ambiental e Cartografia Básica e Uso de GPS foi aplicado na capacitação de indígenas nas Terras Indígenas Igarapé Ribeirão/RO, Igarapé Lages/RO e Kaxarari/AM/RO, para atuar nas ações de vigilância das respectivas terras, tendo sido, inclusive, contratados pela empresa responsável pela implementação dos Programas de Compensação Ambiental das UHEs Jirau e Santo Antonio. Foram realizados cursos de Cartografia Básica e Uso de GPS para servidores nas Coordenações Regionais da Funai no Litoral Sul (Florianópolis) e Xavante (Barra do Garça), com o objetivo de capacitá-los e instrumentalizá-los para as ações de proteção das terras indígenas sob suas jurisdições. Ademais, foram realizados seis cursos de Prevenção e Monitoramento de Incêndios Florestais em áreas estratégicas (Bioma Cerrado) voltados prioritariamente para indígenas, a fim de minimizar a ocorrência e o impacto desses eventos nas respectivas terras indígenas. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) produção do conteúdo pelos profissionais, b) análise e aprovação do material produzido, c) processo de publicação desses conteúdos (revisão, diagramação, editoração), edição de normatização para o programa e, finalmente, aplicação. Implementação de dez cursos no âmbito do Programa de Capacitação em Proteção Territorial, somando cerca de 150 pessoas (servidores e indígenas) capacitadas, em 2012. O material didático produzido e aplicado como experiência piloto, foi avaliado e aprimorado após as capacitações, encontrando-se em fase de edição para publicação em 2013.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2012

- Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas**Análise Situacional da Meta**

No exercício de 2012 foi contratado um profissional para a produção de proposta para o Projeto bem como a aprovação, por parte da Funai, da proposta apresentada. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) construir o processo de licitação, a partir do projeto básico aprovado, b) licitar a prestação de serviço (fábrica de software), c) treinamento de usuários, d) cronograma de instalação do sistema nas Coordenações Regionais.

- Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas**Análise Situacional da Meta**

Para a indenização de benfeitorias de boa-fé e a retirada de ocupantes de terras indígenas diversos são os procedimentos executados: atividades em campo, bem como atividades na esfera administrativa que tem o início a partir da edição da Portaria da posse indígena por ato do Ministro da Justiça. Essas atividades podem se estender por alguns anos até a efetiva conclusão do processo da indenização dos ocupantes não índios e a sua retirada da área. Os procedimentos compreendem estudos técnicos de campo na vistoria e avaliação das benfeitorias, análise técnica do material fundiário e dos recursos interpostos pelos ocupantes referente à avaliação. Já nos procedimentos administrativos tem-se a aprovação e análise de recursos sobre a boa-fé, a aprovação da jurídica e da Presidência autorizando o pagamento, a constituição de comissão para as indenizações das benfeitorias e a retirada dos ocupantes da terra indígena, além do acompanhamento do reassentamento a cargo do Incra. Assim, no ano de 2012, ocorreram os procedimentos para as indenizações de benfeitorias a ocupantes não índios nas seguintes terras indígenas: Apyterewa/PA, Boa Vista/PR, Brejo do Burgo/BA, Comboios e Tupiniquim/ES, Krikati/MA, Lago do Marinheiro/AM, Palmas/SC, Xukuru-Kariri/AL, Yanomami/RR, Jatuarana/AM. No processo de indenização de benfeitorias de boa-fé foram constituídas sete Comissões de Pagamentos, com a aplicação de recursos na ordem de R\$ 3,5 milhões, seja na forma da indenização direta aos ocupantes não índios ou por meio de consignação em depósito judicial. Neste contexto, também foram formados cinco grupos técnicos de vistoria e avaliação de benfeitorias para as terras indígenas: Arara da Volta Grande do Xingu/PA, Pankararu/PE, Rio dos Índios/RS, Arroio-Korá/MS e Ribeirão Silveira/SP, com o cadastro de 1.100 ocupações de não índios. No tocante à análise da boa-fé das benfeitorias construídas por ocupantes em terras indígenas, foram publicadas cinco resoluções. Nesse tema é importante ressaltar a atualização com a publicação de normativa que visa ao procedimento da análise sobre a boa-fé das benfeitorias. Por todo o exposto, por tratar-se de atividades que demandam as várias etapas indicadas, além de manifestação contrária dos ocupantes em aceitar o pagamento na forma consensual ou de decisão judicial, paralisando o processo, não se concluiu todas as indenizações e a retirada dos não índios dessas áreas.

Prevê-se para o ano de 2013, a continuidade dos procedimentos e das indenizações com a extrusão dos ocupantes não índios nas terras indígenas, com as atividades realizadas em 2012 e início dos procedimentos técnicos em outras dez terras indígenas.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	5	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	7	unidade	2	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	12	unidade	3	31/12/2012

- Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira

Análise Situacional da Meta

A relevância da participação da Funai nas ações de combate a ilícitos transfronteiriços, de forma a justificar a inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira, pode ser verificada na ampliação do número de operações conjuntas com órgãos de segurança e de defesa nacional realizadas em terras indígenas, situadas na faixa de fronteira, bem como na participação da Funai nas diversas instâncias de integração dos órgãos de inteligência e de segurança nacional. A Funai participou das Operações Ágata, coordenadas pelo Exército Brasileiro, nas regiões fronteiriças, além das operações Curare, Seta, Piaba de Ouro, Piracema, de abrangência regionalizada nos estados do AM e RR, coordenadas também pelo Exército brasileiro. Atuou-se na produção de informações e conteúdo que serviu de subsídio para influenciar/orientar as diretrizes do Ministério da Justiça acerca do tema Segurança Pública. O aumento da participação da Funai nas operações realizadas na região da faixa de fronteira, tanto no planejamento quanto em sua execução, bem como os resultados positivos obtidos nas referidas operações conjuntas no que se refere ao combate aos delitos transfronteiriços, têm conferido maior credibilidade à instituição para atuação da Funai na inserção do componente indígena nas políticas de fronteiras, além de evidenciar que a proteção das terras indígenas deve ser considerada como componente estratégico para quaisquer políticas de segurança nacional e de fiscalização das fronteiras implementadas pelo Estado brasileiro.

-Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas diversas ações que apoiaram a discussão para que seja incorporado um componente específico para os povos indígenas na Política Nacional de Mudanças do Clima, no âmbito do Executivo e Legislativo. Foram produzidas notas técnicas da Funai sobre a inclusão do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas, especificamente no que se refere aos pagamentos por serviços ambientais e Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), de forma a orientar as Assessorias Parlamentares da Funai e do Ministério da Justiça nas articulações e reuniões realizadas no Congresso Nacional, no âmbito das tramitações dos Projetos de Lei nº 195/2011 – REDD+ (Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, M manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal); e nº 792/2007 – Pagamento de Serviços Ambientais (Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, e dispõe sobre os contratos de pagamento por serviços ambientais). A Funai também participa do Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração da proposta da Estratégia Nacional de REDD. Neste sentido, portanto, foram realizadas diversas reuniões de natureza técnica e política, com representantes do Ministério do Meio Ambiente e Ministérios afins, além de parlamentares responsáveis pelos supracitados Projetos de Lei, visando garantir a inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas. No âmbito da atuação didática da Funai sobre a temática, foram produzidos três vídeos explicativos sobre as relações entre mudanças climáticas, povos indígenas e serviços ambientais. Os vídeos traduziram para uma linguagem acessível – visando à divulgação nas aldeias – as discussões nacionais e internacionais sobre mecanismos de compensação financeira para Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), com o propósito de combater a especulação e o assédio aos povos indígenas. Ademais, a Funai participou ativamente de oficinas, seminários e fóruns de discussão sobre mudanças climáticas e povos indígenas, promovidas por organizações não-governamentais e associações indígenas, visando ao esclarecimento dos povos indígenas sobre o

posicionamento institucional acerca do tema. E por ocasião da Rio+20, a Funai realizou, no âmbito de sua programação no Museu do Índio, uma mesa de debate, com participação de povos indígenas, organizações não-governamentais e representantes do Ministério do Meio Ambiente e Funai, para discutir e esclarecer a temática relacionada aos povos indígenas e mudanças climáticas.

- Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento

Análise Situacional da Meta

Procura-se, por meio das ações vinculadas a essa meta, atuar de forma diferenciada nas vinte terras indígenas (TI) com maior índice de desmatamento, que representam cerca de 70% do desmatamento total em TI. Neste sentido, foram realizadas vinte operações em articulação interinstitucional (Funai, DPF, Ibama, FNSP, BPMA, ICMBio) nas terras indígenas com maiores índices de desmatamento.

Foi efetuada a fiscalização in loco e o monitoramento via satélite nas seguintes Terras Indígenas: Operações de desintrusão da Terra Indígena Maraiwatsede; TI Munduruku; TI Kaiabi; TI Apinayé; TI Alto Rio Guamá; TI Awa; TI Cachoeira Seca; TI Alto Turiaçu; TI Vale do Javari; TI Apyterewa - 3 ações e operação contínua; TI Kayapó; TI Yanomami (2 ações); TI Krikati; Parque Indígena do Xingu; TI Arariboia; TI Andirá-Marau; TI Alto Rio Negro; TI Caru; TI Zoró; TI Vale do Javari.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

- Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento

Análise Situacional da Meta

Ações de fiscalização e monitoramento nas seguintes Terras Indígenas: URUBU BRANCO, TENHARIM DO RIO MARMELOS, KAYAPÓ, KARIPUNA, RAPOSA SERRA DO SOL, ALTO TURIAÇU, AWÁ, CARU, BACURIZINHO, PORQUINHOS, KADIWÉU, KRIKATI, KAPOT NHINORE, SETE DE SETEMBRO, PIRAHÃ, PARQUE DO ARIPUANÃ, SERRA MORENA, ARIPUANÃ, SEPOTI, GAVIÃO, ROOSEVELT, SISSAÍMA, GOVERNADOR, PARQUE DO ARAGUAIA, MENKRAGNOTI, URU-EU-WAU-WAU, PORQUINHOS DOS CANELA-APANJEKRA, CACHOEIRINHA, APIAKÁ-KAYABI, MENKÜ, ENAWENÉ-NAWÉ, CACHOEIRA SECA, XACRIABÁ, GUAPORÉ, PEQUIZAL, EWARE, MARAIWATSEDE, RIO NEGRO OCAIA, SAGARAMA, XAMBIOÁ, COATA LARANJAL, MUNDURUKU, FAZENDA GUARANI, KAXARARI, ARARA DO RIO AMONEA, MAMOADATE, CABECEIRA DO RIO ACRE, e essas atividades visaram coibir, principalmente, a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, promover a desativação de garimpos na Terras Indígenas. Das ações acima listadas, 30 contaram com a participação de órgãos de segurança pública e/ou governamentais (Ibama, ICMBio, DPF, Força Nacional, BPMA e Exército).

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2012

- Regulamentação do poder de polícia da FUNAI

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas diversas ações com o objetivo de regulamentar o poder de polícia da Funai, inclusive por ser recomendação do TCU (Acórdão 1.226/2008). Foram realizadas reuniões com o Ministro da Justiça e as áreas competentes daquele Ministério (Secretaria de Assuntos Legislativos, Secretaria de Segurança Pública, Consultoria Jurídica) para tratar do tema, nas quais foram apresentadas as demandas da Funai decorrentes das atribuições do Órgão indigenista relativas à fiscalização e proteção territorial. Como resultado, está prevista para o 1º semestre de 2013 a realização de um seminário com diversos Órgãos de segurança pública e Procuradorias Jurídicas, visando dar encaminhamento ao processo de regulamentação do poder de polícia da Funai.

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A assinatura do Decreto nº 7.744, de 5 de junho de 2012, que cria a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, representa um avanço importante para o cumprimento do Objetivo 0945. Marco institucional relevante para a política indigenista do Governo brasileiro, o Decreto da PNGATI, elaborado em parceria pela Funai, MMA, MDS, MDA, ICMBio e outras instituições federais, Organizações Indígenas (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL, Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal - ARPINPAN, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB), indigenistas e socioambientalistas (Instituto Socioambiental - ISA, Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB, The Nature Conservancy - TNC) e Cooperções Internacionais (Agência de Cooperação Técnica Alemã - GIZ, PNUD, Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF), incorporou eixos temáticos e objetivos específicos que expressam propostas aprovadas nas consultas regionais aos povos indígenas. A implementação da PNGATI é fundamental para a promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas: sustentabilidade ambiental e etnodesenvolvimento; proteção e fiscalização das terras indígenas; participação, protagonismo e controle social indígenas; realização de consultas públicas sobre políticas e projetos de interesse dos povos indígenas, dentre outras. Outros avanços relevantes para o cumprimento do Objetivo 0945, no âmbito da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS, merecem ser destacados, dentre outros: a edição das Instruções Normativas nº 01 e 04/2012, que disciplinam o componente indígena no licenciamento; a implementação do Projeto Gestão Ambiental das Terras Indígenas - GATI; a criação da Declaração de Aptidão Indígena ao PRONAF – a DAP I (Portaria MDA nº. 94, de 27/11/2012), e publicação (janeiro de 2013) da Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para três mil famílias indígenas, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria – BSM (fruto de iniciativas conjuntas da Funai, MDA e MDS, que visam a qualificação e ampliação do acesso indígena às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional).

Metas 2012-2015

- Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

Análise Situacional da Meta

Elaborada minuta de Portaria do Comitê Gestor da PNGATI. Em 2012 publicação e encaminhamentos. Realização da Conferência em 2014.

- Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena

Análise Situacional da Meta

A realização deste evento está prevista para 2014. Em 2012, foi estabelecido diálogo com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ, que se dispôs a apoiar a execução da meta, com a contratação de consultoria, em 2013, para elaboração do Projeto do evento, com objetivo de sensibilizar parceiros para captação de recursos externos à Funai. Foi realizada visita à Praça da Sociobiodiversidade nos eventos Rio + 20 e Fenafr - Feira Nacional da Agricultura Familiar, com vistas a conhecer espaços institucionais referentes à sociobiodiversidade de povos e comunidades tradicionais. Dentre outros aspectos, este evento objetiva dar visibilidade às iniciativas indígenas de promoção da sociobiodiversidade, tais como práticas de proteção, preservação e resgate da agrobiodiversidade em suas terras, insumos tradicionais utilizados pelos indígenas e ao modo como se relacionam com a rica biodiversidade de suas terras para garantia de sua reprodução física e cultural; incentivar a comercialização de produtos oriundos da sociobiodiversidade indígena; divulgar os alimentos tradicionais, artefatos, festas e rituais associados. A meta dialoga com outras do Objetivo 0945 e com a agenda de Governo para o fomento e promoção das atividades dos povos tradicionais, a exemplo do Plano Nacional de Promoção dos Produtos das Sociobiodiversidades (com implementação orientada pela Portaria Interministerial MDA, MDS e MMA nº. 239 de 21 de julho de 2009).

- Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas

Análise Situacional da Meta

O lançamento e execução das seis chamadas públicas de projetos previstas na meta foram planejados para ocorrer nos anos 2013-2015, de forma a criar sinergia com os avanços na implementação do Projeto GATI, em especial quanto à

implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA nas terras indígenas que são Áreas de Referência deste Projeto, e com a meta relativa aos diagnósticos da agrobiodiversidade. Considerou-se que, sendo o foco da Chamada as terras indígenas que correspondem às áreas de referência do Projeto GATI, cujos resultados e atividades são estratégicos para o Objetivo 0945, o lançamento desta Chamada no período 2013/2014, garantiria maior potencial de alcance dos resultados almejados, uma vez que os projetos poderão contar com o suporte das ações do Projeto GATI, em especial no que se refere aos processos de elaboração de PGTA, em andamento, resultando em maior sinergia entre estes processos e os projetos da Chamada.

No exercício 2012, foram definidos critérios para eleição das terras indígenas a serem atendidas pelas Chamadas, em todos os biomas previstos, considerando:

- i) o universo das terras indígenas que são áreas de referência do Projeto GATI, preferencialmente com processo de elaboração/execução de PGTA já iniciados;
- ii) terras indígenas incluídas nos territórios dos oito Arranjos Produtivos Locais – APLS - referentes à meta correspondente do Objetivo 0945, os quais foram eleitos e validados pela Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS e pela Diretoria de Proteção Territorial - DPT, em Oficina específica para este fim;
- iii) terras indígenas de referência do Projeto GATI nas quais serão realizados diagnósticos da agrobiodiversidade. No exercício 2013 deverão ocorrer a elaboração e lançamento de pelo menos duas Chamadas Públicas.

- Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante.

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado diálogo com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ e a Embrapa com objetivo de definir a metodologia a ser utilizada nos diagnósticos. Em 2013, a Funai deverá definir esta metodologia e iniciar os processos de elaboração dos diagnósticos, a partir de projetos elaborados no âmbito das Coordenações Regionais para apoio e fomento aos diagnósticos da agrobiodiversidade local, identificando responsáveis por sua manutenção e difusão, apoiando o papel que cumprem de manutenção das práticas tradicionais de cultivo, guarda e disseminação de alimentos tradicionais, prioritariamente, junto aos Povos destacados na meta, naquelas jurisdições em que estes estejam presentes.

- Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda

Análise Situacional da Meta

Esta meta contempla cinco territórios indígenas do Norte e três territórios indígenas do Nordeste, e pretende identificar e apoiar ações destinadas à inserção dos produtos indígenas de forma qualificada no mercado, objetivando, através da utilização sustentável dos recursos da biodiversidade, a estruturação e a capacitação à produção, o beneficiamento e o escoamento de produtos indígenas para mercados consumidores. Em 2012, foi realizada oficina de planejamento da meta, envolvendo a participação da Cooperação Técnica Alemã – GIZ, que incluiu uma abordagem teórica sobre o tema das Cadeias de Valor e a eleição dos APLS e respectivos produtos a serem apoiados, considerando-se o potencial produtivo das áreas indígenas, parcerias estabelecidas, dentre outros aspectos. São os seguintes os produtos e territórios eleitos: Região Norte: Borracha/Corredor Tupi-Mondé (MT e RO); Pescado/Purus (AM); Fibras – piaçava e cipóitica/Rio Negro (AM); Mel/Kayapó Sul do Pará e Parque Indígena Xingu (PA/MT); Região Nordeste: Mel/TI Wassu- Cocal (AL), Pescado e Frutos Nativos, ambos com território a ser definido. Estes territórios foram validados na referida oficina. Posteriormente à definição dos territórios e produtos dos APLS nestas duas regiões, foi realizada uma Oficina de Capacitação em Cadeias de Valor com os atores envolvidos em todos os APLs eleitos. Participaram desta atividade oito representantes indígenas dos territórios eleitos, nove servidores das Coordenações Regionais - CRs envolvidas, sete servidores da sede e sete representantes de instituições parceiras, dentre as quais a GIZ, o Instituto Raoni, a Associação da Terra Indígena do Xingu/ATIX, o Instituto Mamirauá, o Projeto Pacto das Águas; Equipe de Conservação da Amazônia/ECAM e a ONG Movimento Minha Terra.

Foram apoiadas atividades de estruturação da cadeia de valor em quatro APLs nos territórios da região Norte, ao longo de 2012, cumprindo-se 50% da meta, como segue:

- i) APL Jaborandi (AM): apoio à execução de projeto de capacitação para indígenas sobre técnicas de manejo sustentável;

ii) APL Castanha (PA): apoio a projeto apresentado pela CR Kayapó Sul do Pará para realização de monitoramento e acompanhamento da capacitação, exploração e transporte desse produto; iii) APL Pescado – Pirarucu (AM): apoio à capacitação de servidores da CR Médio Purus em manejo pesqueiro, promovida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, visando desenvolvimento da Cadeia de Valor do Pirarucu. Os servidores atuarão como multiplicadores junto a comunidades indígenas da etnia Paumari; iv) iniciados os trabalhos junto ao APL do Guaraná Sateré Mawé (AM), cuja identificação geográfica está em tramitação, com diálogo junto ao INPI e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, visando à construção de estratégias eficientes de proteção para os produtos indígenas (IG, Marcas Coletivas e de Certificação).

Na região Centro-Oeste, APL do Mel – Xingu (MT), que envolve parcerias com o Instituto Socioambiental, a Associação Terra Indígena Xingu e a Amazon Rainforest Foundation Japan, foram apoiadas as seguintes atividades: participação de servidores da CR Xingu em reuniões técnicas em Canarana e Brasília sobre o APL; realização de diagnóstico, em parceria com a Rain Forest, sobre a apicultura no Parque Indígena do Xingu; compra de insumos para a produção do mel e participação de um servidor da CR Xingu, um indígena da Associação da Terra Indígena do Xingu/ATIX e um indígena produtor de mel na Oficina de Formação sobre Cadeia de Valor.

Na Região Nordeste, foram apoiadas atividades de implementação do Projeto Apoio à Estruturação da Capacidade de Produção da Unidade Familiar de mel na Aldeia Wassú-cocal, iniciado em 2011, no âmbito do Termo de Cooperação com o MDS, aportando recursos de contrapartida para colaborador eventual a fim de prover assistência técnica capacitação aos indígenas envolvidos na atividade de apicultura. Em 2013, deverão ser eleitos e apoiados os APLs de frutos e do pescado nos territórios do Nordeste e se dará continuidade ao apoio dos APLs do Norte, com acompanhamento e fomento, de forma a consolidá-los.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Nordeste	3	projeto	0	15/02/2013
Territórios Indígenas do Norte	5	projeto	4	31/12/2012

- Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Realizadas reuniões para planejamento da meta na Funai-Sede e nas Coordenações Regionais - CRs e terras indígenas selecionadas para implementação da meta: TI Kadiweu/MS, TI Parque do Araguaia/TO (Ilha do Bananal), TI Paresi/MT e TI Ligeiro/RS. Avanços: i) Finalizado processo de acordo com os indígenas, que serviu de base para o Termo Ajustamento de Conduta - TAC - da TI Kadiweu/MS e prevê a regularização da atividade pecuária, com formação de rebanho exclusivo para a comunidade indígena e a retirada de animais pertencentes a terceiros. TAC assinado em abril de 2012 e publicado em 16/08/2012; ii) Finalizado processo de acordo com os indígenas e demais interessados (pecuaristas), assinado e publicado o TAC relativo à TI Paresi, que prevê a retirada de terceiros envolvidos em atividades produtivas irregulares na TI e a aquisição de insumos visando a transição para a prática de agricultura sustentável; iii) Finalizado Diagnóstico Preliminar dos Projetos Sustentáveis na TI Parque do Araguaia, realizado com participação dos indígenas, cuja implementação, a partir de 2013, visam à substituição das atividades irregulares nesta TI. Este diagnóstico subsidiará a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta, iniciada em novembro de 2012, com reunião de apresentação formal do Diagnóstico; iv) Iniciado o processo de transição na TI Ligeiro, com a realização de reunião entre equipes da Funai-Sede e da CR Passo Fundo sobre o tema, em conjunto com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial - CGMT.

Para 2013, estão previstas atividades referentes à implementação de acordo entre as comunidades, no âmbito dessa TI, e implementação das ações referentes aos dois TACs já publicados, além da realização de atividades voltadas para definir procedimentos para desenvolver a transição para atividades produtivas sustentáveis em outras áreas com irregularidades no

usufruto dos recursos naturais não previstas na quantificação e regionalização da meta, com o mesmo objetivo de fortalecer a autonomia produtiva de povos indígenas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Cerrado	2	projeto	2	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	1	projeto	0	15/02/2013
Bioma Pantanal	1	projeto	0	31/12/2012

- Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas

Análise Situacional da Meta

Implementação em andamento com dois eventos apoiados em 2012:

i) I Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais, com participação de cerca de 908 indígenas das etnias Kayapó, Kayapó Xikrin, Apinajé, Canela, Desana, Funi-ô, Gavião Parakateje, Guarani Kaiowá, Kaxinawá, Karajá do Norte, Kisedjê, Krahô, Kuikuru, Rikbatsa, Suruí, Tikuna, Xavante, Yanomami, Xerente, Sateré-Maué, Zoe, Yawalapiti e Zoró, envolvendo as terras indígenas Kayapó, Badjukore, Las Casas, Baú, Menkragnoti, Xikrin, Apinajé, Canela Apanyekrá, Alto Rio Negro, Funi-ô, Mãe Maria, Dourados, Kaxinawa do Rio Jordão, Xambioá, Wawi, Krahôlândia, Xingu, Erikpatsa, Japuíra, Escondido, Sete de Setembro, Umariçu, Chão Preto, Ubawawe, Marechal Rondon, Maraiwatsede, São Marcos, Pimentel Barbosa, Areões e Sangradouro/Volta Grande, Yanomami, Xerente, Andirá- Marau, Zoe e Zoró. Foram parceiros e apoiadores do evento a Associação Floresta Protegida, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID, Prefeitura Municipal São Felix do Xingu, CONAB, MDS, MDA. A metodologia previu as seguintes etapas: reunião com aldeia Moikarakô para tratar dos preparativos dos eventos, etnias e indígenas convidados, estrutura, entre outros (etapa já realizada pela Associação Floresta Protegida - AFP); reunião em Brasília com algumas coordenações da Funai – Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO), Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania e Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS) – para articular composição de recursos para o evento e consolidar parcerias (etapa já realizada pela AFP); reunião com parceiros locais da região – Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, ONGs que atuam na área, e entidades governamentais estaduais e federais das áreas de agricultura, educação e meio ambiente – para articulação de parcerias para o evento (foram realizadas algumas reuniões com secretarias da Prefeitura de São Félix do Xingu, além de duas reuniões - estas com a presença de servidores da Funai - no contexto da inserção do componente indígena na "Agenda Pós-Pacto" ("Pacto do Desmatamento") do referido município, onde foi aprovada a inserção da Feira de Sementes na "Agenda". Está marcada uma reunião para o dia 11 de junho de 2013 com todos os parceiros do Pacto para articulação da composição de apoio à Feira; abertura da estrada até a aldeia Moikarakô para viabilizar a entrada de equipamentos e montagem da estrutura do evento; montagem da estrutura do evento (tendas, alojamentos, aparelhagem de som, cozinha, banheiros e chuveiros, etc); realização da Feira de Sementes; e avaliação do evento com indígenas da aldeia Moikarakô e demais participantes. ii) Feira de Sementes Paresi III – Raiz, Planta e Cultura: Intercâmbio de raízes e sementes tradicionais do povo Paresi (dezembro/2012). Em sua terceira edição, com apoio da Funai também nas anteriores, a Feira Paresi, em 2012, reuniu indígenas de várias etnias de Mato Grosso e de outros estados e teve como parceiros, além da Funai-Sede e CR/CTL Local (Tangará da Serra), a Faculdade de Ciências Agrônomicas / Universidade Estadual de São Paulo / Campus Botucatu e Secretarias e Prefeituras de Tangará da Serra e Conquista D'Oeste. A previsão para 2013 é que sejam promovidos e apoiados mais três eventos. Com essa perspectiva, foi apoiada, em 2012, a realização de uma reunião técnica na área Xavante. Esta meta prevê parceria com a Embrapa e se articula com outras relativas ao tema da agrobiodiversidade.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	evento	1	31/12/2012
Bioma Caatinga	1	evento	0	15/02/2013
Bioma Cerrado	2	evento	1	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	1	evento	0	15/02/2013
Bioma Pampa	1	evento	0	15/02/2013

- Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**Análise Situacional da Meta**

Foram acompanhados diversos processos de licenciamento ambiental, com componente indígena, a exemplo dos processos envolvendo os seguintes empreendimentos: BR 230/PA, Ponte Binacional Brasil Guiana Francesa, Ferrovia de Integração do Centro Oeste, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, Linha de Transmissão Manaus Boa Vista, BR 101/RS, dentre outros.

- Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas**Análise Situacional da Meta**

Foram apoiadas iniciativas para a promoção de 10 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas, tais como a implantação dos Sistemas Agroflorestais – SAFs e quintais agroflorestais nas Terras Indígenas (TI) Aguapeu, Peruíbe, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará e Paranapuã; a recuperação de área degradada na TI Sararé; enriquecimento da biodiversidade com palmeira Jussara no Litoral Sudeste nas TI Aguapeu, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará, Paranapuã, Tekoa Guaviraty, Tekoa Itapoã, Tekoa Jejyty, Acarau/Ilha do Cardoso, Tekoa Pindoty, Tekoa Peguaty, Miracatu/Itariri; recuperação de nascentes nas TI de Minas Gerais; reflorestamento de áreas de caatinga nas TI Massacará e Tumbalalá; construção de aceiros com quebra ventos na TI Maraiwatsede; reflorestamento na TI Umariagu; viveiros em diversas TI jurisdicionadas à Coordenação Regional de Cacoal; e o projeto-Etnoecologia: promoção à sustentabilidade alimentar, ambiental e cultural nas TI Areões e Pimentel Barbosa.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

21/09/2012

- Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas**Análise Situacional da Meta**

Realizada reunião de Planejamento com as Unidades Descentralizadas, ocasião em que estas Unidades foram orientadas sobre a meta, reforçando documento sobre o assunto encaminhado a estas Unidades, já no final de 2011. Realizado o I Módulo do Curso de Formação em etnodesenvolvimento, em Brasília. Participaram deste módulo 32 servidores responsáveis pelas ações de etnodesenvolvimento em 32 Coordenações Regionais, além de 13 servidores da Funai-Sede. O módulo gerou um DVD com Registro dos conteúdos das aulas e debates, que será divulgado junto às equipes técnicas da Sede e CRs. O Curso tem como objetivo qualificar o trabalho das equipes das Coordenações Regionais e Sede, visando a aprimorar instrumentos, metodologias e procedimentos de elaboração e implementação de processos e projetos nos quais as dimensões de etnodesenvolvimento estejam presentes de forma mais efetiva. Em 2013, está prevista a realização do II Módulo. Esta meta apresenta desafios gerais importantes, tais como: mudança de noções e práticas de viés assistencialista; ampliação de parcerias locais e federais, consolidação do processo de formação, já em curso, e da estrutura das Unidades Regionalizadas, de forma que venham a ter as condições adequadas para a elaboração, execução, monitoria e avaliação dos processos e projetos de etnodesenvolvimento sob sua responsabilidade. No caso da Região Norte, acrescentam-se as dificuldades adicionais de deslocamento das equipes técnicas, tendo em vista a dimensão das terras indígenas e sua localização em áreas de difícil acesso, parte das quais só acessíveis por via aérea ou fluvial. Os 396 projetos identificados estão distribuídos em

diferentes terras Indígenas, não sendo possível precisar se incidem sobre o mesmo número de terras indígenas, tendo em vista que as informações dos Planos de Trabalho das Coordenações Regionais da Funai não necessariamente vinculam os projetos a única terra indígena.

Quantidade alcançada

396

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	175	projeto	79	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	84	projeto	62	31/12/2012
Territórios Indígenas do Norte	312	projeto	194	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste	43	projeto	32	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sul	64	projeto	29	31/12/2012

- Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados 2 Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs e iniciada a elaboração de mais 10 PGTAs que serão concluídos até 2015. Há previsão de início de outros 10 PGTAs na Amazônia brasileira; seis no sul/sudeste e oito no cerrado/caatinga em 2013, com previsão de conclusão até 2015.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/09/2012

- Implementar 5 Centros de Formação Indígena

Análise Situacional da Meta

Contratação de consultores via PNUD (Projeto GATI) para construção de proposta política/pedagógica de dois centros de formação (previstos intercâmbios em outras áreas que já possuem centros de formação indígena - ex: Centro Amazônico de Formação Indígena - CAFI).

- Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Coordenação da elaboração de proposta de Curso Básico de Formação em PNGATI a ser implementado por Funai, MMA, ICMBio e parceiros. Previsão de início de formação em 2013.

- Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, avançou-se em uma proposta de texto sobre licenciamento ambiental de empreendimentos que impactam povos e terras indígenas, principalmente motivados pela edição das Instruções Normativas nº 01 e 04/2012.

Falta, entretanto, qualificar melhor esses textos e publicar o material.

Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicadas duas Instruções Normativas nº 01 e 04/2012 que, com base na Portaria Interministerial nº 419/2011, regulamentam a participação da Funai nos licenciamentos ambientais federais de empreendimentos que impactam povos e terras indígenas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

17/12/2012

- Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável

Análise Situacional da Meta

Realizado planejamento trienal de atividades para implementação da meta e acompanhados casos piloto para subsidiar tecnicamente a proposta de normatização, em conformidade com os direitos territoriais e sociais destes povos, compreendendo as seguintes atividades: a) participação no GT de Turismo do Estado do Acre (que conta com representantes da Coordenação Regional do Acre, da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas e da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer deste estado); b)acompanhamento do X Festival Yawa, na Terra Indígena Rio Gregório (aldeias Nova Esperança e Mutum); c) participação em discussão intersetorial envolvendo Coordenações Técnicas Locais, representantes indígenas, Coordenações Gerais da Funai (além da Ouvidoria e AEAI) sobre o desenvolvimento de atividades turísticas no Parque Indígena do Xingu; d) acompanhamento de monitorias complementares entre os Yanomami (AM) e dezesseis etnias que coabitam o Parque Indígena do Xingu (MT); e) reunião com MMA, ICMBio, Ministério do Turismo, para nivelamento sobre a meta e identificação de contribuições destas instituições ao processo de regulamentação da atividade em tela. As diretrizes da regulamentação estão em fase de construção e serão desenvolvidas de forma participativa, junto às comunidades indígenas diretamente beneficiadas e/ou afetadas pelas atividades de turismo, com respaldo nos Diagnósticos socioculturais e ambientais que se fizerem necessários. Participam do processo de regulamentação: Coordenação Regional - CR, Coordenação Técnica Local - CTL, Coordenações Gerais da FUNAI, MMA, Ministério do Turismo, ICMBio, Ibama, ONGs. Na próxima fase, deverão ser envolvidas Organizações Indígenas e demais setores pertinentes. Foi elaborado um Roteiro de Monitoria e Avaliação de Atividades Turísticas em Terras Indígenas, para subsidiar as CRs no desenvolvimento de atividades ligadas à meta, baseadas nas atividades de monitoria e avaliação realizadas nas TIs e em estudos anteriores feitos pela Funai. Para 2013 estão previstos entre outros, acompanhamento e avaliação de experiências piloto junto aos povos Tenharim (AM), Guarani Mbyá (SP/RJ) e Pataxó (BA).

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Na área da segurança alimentar e nutricional em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena, cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 famílias indígenas beneficiadas. No que concerne à promoção dos direitos sociais dos povos indígenas, foram realizados cerca de 500 mil atendimentos, por meio de ações relacionadas: (i) ao acolhimento e orientação de indígenas em articulação social; (ii) à expedição de documentação básica; (iii) ao apoio à concessão de benefícios previdenciários; (iv) ao atendimento emergencial em situações de insegurança alimentar e nutricional; (v) ao incremento da infraestrutura física comunitária; (vi) à promoção de ações de transversalização da temática de gênero e geracional; dentre outros. Em 2013, será ampliado o acesso qualificado e equânime ao conjunto dos benefícios sociais.

Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, tendo sido efetivadas quinze mil novas emissões de documentos. Em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, por exemplo, foram constituídos mutirões em região de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de

Atalaia do Norte, e em áreas remotas do município de São Gabriel da Cachoeira. Em 2013, haverá continuidade nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nomeação próprias dos indígenas. Ampliou-se o número de famílias indígenas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais através de parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, aumentando de oitenta mil para mais de 116 mil famílias inscritas. A inscrição no CadÚnico é um pré-requisito para participar de programas e benefícios sociais como o Programa Bolsa Família, que beneficia atualmente cerca de 86 mil famílias indígenas, o Programa Luz para Todos, o ProUni, entre outros. Além do aprofundamento das ações, está prevista para 2013 a inclusão de famílias indígenas no programa Bolsa Verde, para famílias que desenvolvem atividades de conservação em floresta nacional, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federal e assentamentos ambientalmente diferenciados.

Metas 2012-2015

- Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas

Análise Situacional da Meta

Foi apoiada a realização de 172 eventos de organizações indígenas, superando a meta. Nos próximos anos continuaremos a apoiar esses eventos mesmo já superando a meta pretendida.

Quantidade alcançada

172

Data de Referência

17/12/2012

- Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento

Análise Situacional da Meta

Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, nos quais foram efetivadas mais de quinze mil novas emissões de documentos devido a realizações de mutirões nas regiões de Atalaia do Norte, São Gabriel da Cachoeira, Ponta Porã, Palmas, Cacoal, Ji Paraná e no Estado do Maranhão, ultrapassando o efetivado no exercício de 2011. Foi uma parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos. O grande momento foram os mutirões em regiões de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, e São Gabriel da Cachoeira. A Fundação Nacional do Índio empenhou-se em 2012 nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nomeação próprias dos indígenas.

- Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados

Análise Situacional da Meta

A Coordenação de Infraestrutura Comunitária realizou reuniões com instituições responsáveis pela execução de projetos de infraestrutura em terras indígenas, como por exemplo, Caixa Econômica Federal, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades e Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, com o objetivo de definir diretrizes que fortaleçam a autonomia dos Povos Indígenas no desenvolvimento de programas e projetos nas seguintes áreas: a) Engenharia Civil e Arquitetura (habitações, escolas, casas comunitárias, postos de saúde e enfermarias); b) Acesso à água potável para consumo humano; c) Saneamento ambiental (lixo, esgoto, águas pluviais, conforto doméstico); d) Acesso e mobilidade territorial (estradas, pontes, caminhos, portos fluviais, pistas de pouso); e) Matriz Energética (energias alternativas e convencionais, sistemas de transmissão de energia); f) Comunicação (sistemas de Telecomunicações e radiofonia). Fundamentado no planejamento elaborado durante a “Oficina de Planejamento Estratégico-Operacional”, a Funai deverá apoiar nos próximos três anos as seguintes ações: a) Reunião com ABNT para análise e adequação dos manuais existentes de normas técnicas e diretrizes de infraestrutura comunitária de órgãos parceiros quanto a especificidade das comunidades indígenas; b) Encontros regionais para esclarecimento da sede e regionais quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos para o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de infraestrutura; c) Reunião na Sede para negociação com as Coordenações quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos para o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de infraestrutura; d) Produção de cartilhas com normas e diretrizes comuns às coordenações regionais e gerais; e) Articulação e debate com o Movimento Indígena sobre conceitos e procedimentos para definição da relação Funai - Povos Indígenas; f) Articulação Interna

para elaboração dos Termos de Referência (TR) quanto às especificidades da infraestrutura comunitária indígena no âmbito dos projetos de Gestão Ambiental e acompanhamento de obras em execução.

- Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Solicitou-se ao Ministério das Cidades a inclusão nas normas sobre a execução do Programa Minha Casa Minha Vida de cláusulas específicas sobre o respeito aos aspectos culturais e ambientais dos povos indígenas, bem como a necessidade de consulta a FUNAI. Articulou-se com o Programa Luz Para Todos / Ministério de Minas e Energia, ligações de rede convencional de energia para diversas aldeias em todo o território nacional. Tem-se realizado levantamentos de situações de acesso e localização de aldeias na Amazônia para implantação de sistemas de geração de energia. Apoiou-se a parceria com prefeituras municipais e governos estaduais para manutenção/recuperação de estradas e pontes em terras indígenas. Neste sentido o papel da Funai é de articular e apoiar as iniciativas para a melhoria da infraestrutura comunitária das terras indígenas, influenciando na qualificação das demandas e construindo parcerias para viabilizar a execução de obras.

- Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas

Análise Situacional da Meta

Sistema interligado implantado e em funcionamento em quatorze Coordenações Regionais da Funai. A principal dificuldade enfrentada tem sido a implantação de estrutura física (sede, computadores e acesso à internet) em todas as 298 Coordenações Técnicas Locais da Funai.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

17/12/2012

- Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nomenclatura próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país

Análise Situacional da Meta

Meta cumprida integralmente, através da assinatura do Acordo de Cooperação entre Funai, CNJ, SDH e outros órgãos, publicado no Diário da Justiça, Edição nº 38/2012 Brasília - DF, em 7 de março de 2012. Além do Acordo, foi viabilizada a publicação de Resolução Conjunta entre Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

- Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.

Análise Situacional da Meta

A Meta não foi trabalhada na Funai, em 2012.

- Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos

Análise Situacional da Meta

Realização de reuniões preparatórias e redação de minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério de Desenvolvimento Social para implementação de ações conjuntas e adequação das ações nos programas de renda e cidadania. No ano de 2012, ampliou-se o número de famílias indígenas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais, através da busca ativa realizada em parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) e Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, aumentando para mais de 116 mil famílias inscritas. A inscrição no CadÚnico é um pré-requisito para participar de programas e benefícios sociais.

- Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena

Análise Situacional da Meta

Estão sendo feitas conversas no âmbito do GT interministerial que Funai, Sesai/MS e MDS compõem a fim de pensar como se dará esse processo. Para além disso, na área da segurança alimentar e nutricional, em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 famílias indígenas beneficiadas. Em 2013, haverá continuidade nas ações de articulação de programas e ações focadas para esse fim.

- Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas

Análise Situacional da Meta

Não foi iniciada ação sobre esta Meta uma vez que não houve tempo hábil para pensar na pesquisa e articular com outros parceiros.

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Museu do Índio preservou (conservou, documentou, divulgou) 42 mil bens culturais sob sua guarda e novas coleções contemporâneas de cultura material adquiridas durante o ano, promoveu 43 atividades de valorização das culturas indígenas e desenvolveu trinta projetos de pesquisa em parceria com populações indígenas de todas as regiões do país. Na área de visitação, o Museu teve um público total de mais de quatrocentos mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais. Destaca-se na atuação do Museu como órgão científico-cultural da Funai o amplo alcance e a consolidação de seu Programa de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos dos povos indígenas, voltado principalmente para a capacitação e formação de pesquisadores indígenas – iniciativa sem precedentes na área federal e que, em seu quarto ano de execução, já se estende a 130 aldeias situadas em 42 municípios de treze estados, beneficiando uma população de trinta mil pessoas, pertencentes a 37 etnias distintas. O efeito multiplicador do Programa e as perspectivas de sustentabilidade e reprodução da experiência a médio e longo prazos são viabilizados na medida em que se propicia a instrumentalização de um número crescente de jovens indígenas em oficinas e treinamentos em técnicas e processos inovadores, habilitando-os para levarem adiante e assumirem a pesquisa e a documentação das línguas, saberes e práticas das culturas de seus povos e, ao mesmo tempo, a produção e disponibilização de conteúdos válidos, qualificados pelos mestres de cada comunidade e tratados pelas equipes técnicas no Museu do Índio, para serem transmitidos às futuras gerações, inclusive preservados em acervos digitais que estarão acessíveis por muitos anos.

Metas 2012-2015

- Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, por meio da Ação de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a coordenação do Museu do Índio, foram apoiados 43 projetos culturais oriundos das demandas de várias comunidades indígenas. O Museu do Índio dialogou com 36 comunidades indígenas de várias regiões no Brasil oferecendo apoio aos mais variados tipos de projetos culturais apresentados por suas lideranças e/ou associações. Destacamos como principal apoio aquele voltado para o fomento e promoção da produção, circulação e sustentabilidade da produção da cultura material e imaterial dos povos indígenas. Foram apoiados também projetos com foco na produção audiovisual dos povos indígenas, na transmissão de saberes entre as gerações e no registro e catalogação da produção da cultura material e seus ciclos de produção, além de treinamento para pesquisadores indígenas em técnicas de registro cultural. Na maioria das comunidades os projetos foram desenvolvidos em diálogo com os técnicos das Coordenações Regionais da Funai, sob orientação técnica do Serviço de Estudos e Pesquisas da Coordenação de Divulgação Científica do Museu do Índio. Os projetos considerados especiais foram desenvolvidos em diálogo com várias instituições parceiras públicas e da sociedade civil brasileira.

Quantidade alcançada

Data de Referência

31/12/2012

- Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, foram capacitados 41 indígenas, em oficinas e atividades desenvolvidas nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio, sendo crescente a demanda de outros povos por participarem do projeto, esperando-se que nos próximos anos seja possível agregar equipes de outras etnias. Os resultados alcançados até o momento têm superado as expectativas iniciais, com a contribuição efetiva dos pesquisadores indígenas em todas as etapas dos trabalhos: desde a seleção e coleta de dados, transcrições e traduções de termos e narrativas, o registro de mitos, cânticos, rezas, rituais, técnicas e modos de fazer, saberes e formas de expressão de seus universos socioculturais, até as etapas de tratamento e edição dos materiais produzidos – arquivos sonoros, fotos, vídeos –, o preparo de textos e publicações, como vocabulários, dicionários e gramáticas bilíngues, cartilhas de alfabetização, léxicos ilustrados, livros de narrativas, genealogias, etc., além da atualização das bases de dados, da criação e alimentação dos sites dedicados a cada etnia. Desde seu início, o projeto de documentação e pesquisa de línguas, culturas e acervos tem sinalizado o amplo efeito reprodutor e condições de sustentabilidade das ações desenvolvidas. Com a capacitação de jovens pesquisadores indígenas e a qualidade das informações produzidas com sua participação efetiva e com os conhecimentos e ensinamentos dos mais velhos, seus mestres e sabedores das tradições de seus povos, o conjunto da comunidade se instrumentaliza, reunindo condições para prosseguir no registro e transmissão de conhecimentos de suas culturas às novas gerações, estendendo, portanto, as possibilidades de sua reprodução e sustentabilidade a médio e longo prazo. Por um lado, os dados inseridos nas bases que estão sendo construídas e os arquivos digitais produzidos fornecem conteúdos essenciais para as escolas existentes na maioria das terras indígenas no país – um espaço institucionalizado, no âmbito das aldeias, que possibilita a continuidade da iniciativa implantada pelo projeto. De fato, a clientela potencial prevista para as ações de treinamento e documentação será constituída, em grande parte, por jovens já altamente motivados e habilitados para a transmissão de conhecimentos de suas culturas e que atuam como professores locais. A formação dos pesquisadores atende, assim, uma imensa demanda escolar de especialização de seu corpo docente e de dados qualificados sobre seu patrimônio cultural e linguístico que propiciem conteúdos válidos para fundamentar os trabalhos pedagógicos. Por outro lado, com o treinamento dos pesquisadores indígenas nos trabalhos de campo e nos acervos, as bases de dados específicas construídas para seus povos e a implantação de uma infraestrutura preliminar de apoio à continuidade do projeto, possibilitam, em alguns casos, a própria criação de centros culturais locais; em outros, fornecerem conteúdo aos centros e núcleos já existentes.

Dentre os resultados promissores desse trabalho, cabe destacar ainda, na área de capacitação em registro audiovisual, a participação e premiação de pesquisadores indígenas, treinados nas oficinas do projeto, em festivais e mostras cinematográficas, nacionais e internacionais.

Quantidade alcançada

41

Data de Referência

31/12/2012

- Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas**Análise Situacional da Meta**

Em andamento, por meio de: a) Participação em Grupo de trabalho junto à Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI/SE/MinC), para elaboração de proposta de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos, o que beneficiará principalmente culturas populares, culturas indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. b) Colaboração na elaboração de Projetos de Lei em tramitação, tais como: PL Cultura Viva (PL 757/2011), PL dos Mestres e Mestras (PL 1176/2011), PL Griô (PL 1786/2011); c) Participação nos esforços para aplicação e aperfeiçoamento de normas legais internacionais das quais o Brasil é signatário, tais como: Convenção 169, da OIT; Convenção da Diversidade, da UNESCO; e Protocolo de Nagoya, que trata do Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios derivados de sua Utilização, que trata da necessidade e eventuais modalidades de um Mecanismo Global de Repartição de Benefícios. d) Publicação/Distribuição do Plano Setorial das Culturas Indígenas, cujas metas serão definidas em 2013. e) Indução de políticas setoriais nos Planos estaduais e Municipais de Cultura, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC): ações iniciais no período referido e definição de agenda para cumprimento desse objetivo em 2013.

- Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas

Análise Situacional da Meta

A Secretaria da Cidadania da Diversidade Cultural (SCDC/MinC) realizou em junho de 2012 seminário nacional com aproximadamente 300 lideranças indígenas para avaliação e planejamento de implementação do plano setorial e, a partir da aprovação do Plano em dezembro de 2010, viabilizou convênios para implantação de 72 Pontos de Cultura Indígenas, já em atendimento das ações previstas no Plano Setorial. Em 2013, em andamento à execução das metas do Plano Nacional de Cultura, serão desenvolvidas as metas mensuráveis dos Planos Setoriais existentes, entre eles o de Culturas Indígenas.

- Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram desenvolvidos 31 projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos junto a 36 etnias indígenas, em todas as regiões do país, em parceria com as respectivas comunidades, suas lideranças e organizações. Os trabalhos tiveram a participação direta de jovens pesquisadores indígenas, treinados em oficinas e atividades de capacitação, contando sempre com a assessoria de mestres conhecedores das tradições de seus povos, qualificando e avaliando as informações produzidas. Entre os resultados alcançados, destacam-se, na área de línguas, a elaboração de gramáticas descritivas, dicionários, vocabulários, cartilhas, além de diagnósticos sociolinguísticos. Na área de culturas indígenas, os trabalhos envolveram pesquisa, levantamentos e documentação de saberes tradicionais, mitos, rituais, dimensões simbólicas e estéticas, expressões e modos de fazer associados a aspectos específicos de cada cultura, focalizando temas tais como territorialidade mítica, tecnologias de produção, circulação e partilha de alimentos, processos de manejo da diversidade, música e sonoridades. Os materiais produzidos incluem publicações de obras didáticas e paradidáticas bilíngues e coleções audiovisuais de vídeos, gravações sonoras e fotos, além de filmes de curta e média metragem. Na área de acervos, priorizou-se a documentação da cultura material, com o registro de padrões gráficos, técnicas e conhecimentos aplicados na confecção de artefatos, assim como elementos de natureza imaterial associados – iniciativa que tem contribuído também para a formação de coleções etnográficas contemporâneas. Os produtos resultantes de todos os projetos incluem ainda arquivos digitais multimídia e, principalmente, dossiês reunindo todos os materiais coletados e processados para entrega às comunidades indígenas. A divulgação dos trabalhos produzidos se dá no site do programa de documentação na internet e nos minisites de cada projeto e também por meio de exposições etnográficas e mostras fotográficas, a par de publicações diversas e da edição de catálogos e boletins informativos mensais.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2012

- Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades

Análise Situacional da Meta

A diretriz impacta diretamente as ações desenvolvidas pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC/MinC, tanto através de sua atuação no Colegiado Setorial de Culturas Indígenas – instância que integra o Conselho Nacional de Políticas Culturais – como também na exigência junto a parceiros que desenvolvem as ações da SCDC voltadas aos indígenas (Pontos de Cultura, Prêmio Culturas Indígenas, entre outros) de consulta prévia a lideranças e comunidades para elaboração de Planos de Trabalho e desenvolvimento de atividades que impactem a população indígena.

- Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas

Análise Situacional da Meta

O Museu do Índio deu continuidade durante o ano à preservação do patrimônio indígena sob sua guarda, ação que envolve procedimentos sistemáticos de registro, conservação e comunicação dos documentos que compõem os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico (iconográfico, sonoro, fílmico, textual e cartográfico). Como resultado de iniciativas promovidas no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, foram incorporadas em 2012 novas coleções, cedidas por pesquisadores – em sua maioria formadas por documentos audiovisuais coletados durante suas pesquisas de campo ao longo do século passado – assim como acervos contemporâneos de cultura material, adquiridos dos povos indígenas. Tais acervos foram confeccionados, sobretudo a partir de materiais disponibilizados pelo Museu do Índio, como miçangas – bastante valorizadas por inúmeras etnias para a confecção de artefatos, hoje em dia em processo de

desaparecimento devido ao alto custo de aquisição do produto com a qualidade requerida. Outro conjunto de novos acervos adquiridos resultou de oficinas de documentação e atividades de estímulo à revitalização de técnicas e matérias-primas tradicionais, como a confecção de objetos feitos da casca do caramujo pelos Kalapalo do Xingu. Na área de visitação, o Museu teve um público total de mais de quatrocentos mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais.

Quantidade alcançada

42.000

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e o Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais, bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Foram realizadas ações para a retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em parceria com a Polícia Federal, Ibama, Força de Segurança Nacional e ICMBio. Nas ações de demarcação e aviventação de limites de terras indígenas, com destaque para as emblemáticas Terra Indígena Cachoeira Seca e Terra Indígena Kayabi, situadas nos estados do Pará e Mato Grosso, houve a articulação de um plano de ação de governo, conduzido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com a participação do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Funai, que definiram a execução das ações demarcatórias pelo Exército Brasileiro. Para 2013, será dada continuidade na elaboração e implementação de planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas e na formação de gestores indígenas e não indígenas para qualificar ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, em parceria com MMA. Destacam-se os esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentáveis, que resultaram na criação da DAP I - Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas; na elaboração da Chamada Pública do Plano Brasil Sem Miséria -BSM para famílias indígenas; Termos de Cooperação com a Embrapa, para promoção e proteção da agrobiodiversidade indígena, e com o MDS, para apoio a projetos de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN em benefício a famílias indígenas. Salienta-se a criação pelo Governo Federal, em 5 de junho de 2012, do Comitê de Gestão Integrada de Atenção em Saúde e Segurança Alimentar para a População Indígena como instância de articulação intersetorial com o objetivo de garantir os direitos dos povos indígenas, no que se refere a saúde e segurança alimentar e nutricional, com vistas a mitigar a vulnerabilidade desses povos que decorre dos altos índices de mortalidade infantil. Fazem parte desse comitê os Ministérios da Saúde, da Defesa, do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, da Justiça, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência. No mesmo escopo vale registrar a regularização de pistas de pouso no Estado de Roraima para o atendimento à saúde indígena. Destaca-se, ainda, o protagonismo da Funai nos esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos povos indígenas às demais políticas públicas do governo federal, como o Bolsa Família, o Pronaf, o Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida.

Metas 2012-2015

- Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território

Análise Situacional da Meta

A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da Funai, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos. Pretende-se que as ações para a consecução dessa meta sejam desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014.

- Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista

Análise Situacional da Meta

A Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI foi criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, instalada em abril de 2007 e, no mesmo dia, dada posse dos membros pelo presidente Lula. A CNPI é composta por vinte representantes dos povos indígenas, dez com direito a voto e dez à voz, representando mais de 220 povos e 180 línguas diferentes, duas ONGs indigenistas e doze representantes governamentais e mais a presidente da Funai, que preside a Comissão e é voto minerva. A CNPI faz parte do Ministério da Justiça e tem dez Subcomissões: Acompanhamento de Empreendimento com Impactos em Terras Indígenas; Justiça, Segurança e Cidadania; Terras Indígenas; Etnodesenvolvimento; Assuntos Legislativos; Saúde; Educação Escolar Indígena; Cultura e Comunicação; Gênero, Infância e Juventude e Políticas Públicas, Orçamento e Gestão. Em 2012 foram realizadas três reuniões da CNPI. Tramita no Congresso Nacional o PL 3571/2008, para instituir o Conselho Nacional de Política Indigenista. Quando a CNPI for convertida em Conselho Nacional, será um órgão de composição paritária com representação do Executivo, dos povos indígenas e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas e a cada quatro anos a presidência vai se alternar entre representante de governo e representação de indígenas.

- Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas

Análise Situacional da Meta

O portal onde serão integradas as bases de dados ou os sistemas encontra-se em fase de desenvolvimento.

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012 a Funai promoveu debates intersetoriais e interinstitucionais com vistas à formulação da política de promoção e proteção dos povos indígenas de recente contato, por meio de diagnósticos promovidos em nove povos indígenas de recente contato. Foram realizados estudos e levantamentos sobre a situação de vulnerabilidade desses povos, sendo que para três deles foram criados programas de trabalhos específicos: Programa Awá Guajá - MA, Programa Zoé - PA e Programa Korubo - AM. Articulação com a SESAI/Ministério da Saúde objetivando a construção de Grupo Técnico Interministerial para a formulação de diretrizes de promoção a saúde dos povos de recente contato e isolados de forma diferenciada.

Metas 2012-2015

- Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi realizada uma série de diagnósticos com o propósito de subsidiar tecnicamente um debate amplo e participativo para a construção de diretrizes e formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato. Nesse sentido, três povos indígenas de recente contato, em razão da situação de alta vulnerabilidade, foram contemplados com um programa específico para cada um. Diante disso, houve o planejamento para a realização do seminário ampliado que definirá as diretrizes da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, para o segundo semestre de 2013.

- Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI

Análise Situacional da Meta

Em razão da continuidade de estudos e diagnósticos sobre as populações indígenas de recente contato, cujos resultados subsidiarão o debate ampliado, previsto para o segundo semestre de 2013, somente no decorrer do mesmo se definirão as diretrizes dessa política. Contudo, 3 povos indígenas de recente contato, em 5 terras, diante da situação de alta vulnerabilidade em que se encontravam, em 2012, foram contemplados com um programa específico para cada um, sendo eles: Programa Zoé - PA - Terra Indígena Zoé, Programa Korubo - AM - Terra Indígena Vale do Javari, e Programa Awá Guajá - MA - Terras Indígenas Awá, Caru e Alto Turiaçu.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	5	31/12/2012

- Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI Análise Situacional da Meta

Foram realizados monitoramento e avaliação de políticas públicas (atendimento a saúde, acesso a benefícios sociais, acesso a educação) nas Terras Indígenas: Vale do Javari - AM, Yanomami - AM/RR e Zoé - PA e Awá - MA, sendo que nas Terras Indígenas Zoé e Awá foram realizados monitoramento somente das ações da sociedade civil nesses povos. Os resultados destes monitoramentos permitiram avaliar o controle de acesso de ingresso das Terras Indígenas supracitadas desempenhadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental Cuminapanema e Awa-Guajá, respectivamente, corrigindo-se as deficiências existentes. Ainda acordaram-se com os (Distrito Sanitário Especial Indígena/Secretaria Especial de Saúde Indígena) DSEI/SESAI/MS as medidas protetivas necessárias ao contato com estes povos. Por fim constatou-se que o povo Zoé e Awa-Guajá não acessam benefícios sociais, sendo sociedades não monetarizadas.

Ademais, foi iniciada uma articulação com a SESAI/Ministério da Saúde objetivando a construção de Grupo Técnico Interministerial para a formulação de diretrizes de promoção a saúde dos povos de recente contato e isolados de forma diferenciada.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	2	31/12/2012

- Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato**Análise Situacional da Meta**

Foram realizados estudos e diagnósticos em nove povos indígenas de recente contato, sendo esses: Awá Guajá/MA, Zoé/PA, Yanomami/AM/RR, Korubo-AM, Arara (Cachoeira Seca/PA), Canoê/RO, Akum'tsu/RO, Piripkura/MT, Waimiri-Atroari-AM/RR, em articulação com a SESAI/Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Ibama, ICMBio, Exército Brasileiro, MPF, MDA, MDS.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Foi prestado apoio financeiro a, aproximadamente, 2.000 estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, formalizados com Instrumentos Jurídicos visando garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade nas IES que oferecem programas de acesso e acompanhamento aos estudantes indígenas, tais como: UNB, UFMT, UEMS, UNIGRAN, UFRR, UFPR, UFSCar, UFPA, UFSC, UEFS, UFMG, PUC, entre outras. A Funai vem realizando gestões junto ao MEC na perspectiva de definir uma política que contemple o acesso e permanência de estudantes indígenas nas IES. Foram apoiados 25 projetos educativos comunitários, voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais da Funai, em articulações intersetoriais e interinstitucionais. Foi, ainda, realizado apoio técnico às instituições como Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, ONGs indígenas e indigenistas em processo de elaboração de projetos políticos pedagógicos de escolas indígenas; Além disso, realizou-se apoio à mobilização e participação de lideranças indígenas e realização de diversos fóruns no contexto da educação escolar indígena. Para 2013, pretende-se apoiar técnica e financeiramente os projetos educativos comunitários voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas; apoiar técnica e financeiramente os cursos de formação de professores indígenas e os estudantes indígenas nas IES quando formalizados por meio de Instrumentos Jurídicos; dar continuidade às articulações com as instituições afins e os povos indígenas na construção/elaboração de subsídios na perspectiva de definir um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena; dar continuidade à construção e institucionalização de instrumentos de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena em todos os níveis; promover a formação de técnicos da Funai e representantes indígenas para a participação em debates e instâncias de controle social relativos à implementação de políticas públicas de educação escolar indígena.

Metas 2012-2015

- Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia

Análise Situacional da Meta

A Funai apoiou técnica e financeiramente, no valor de R\$ 3.656.968,57 (três milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), aproximadamente, 2.000 estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, visando a garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade em Instituições de Ensino que oferecem programas de acesso e acompanhamento aos estudantes indígenas. Entre os estudantes apoiados, 268 concluíram sua formação.

- Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas

Análise Situacional da Meta

A formação do professor indígena inclui uma especificidade, que é a de conhecedor da própria cultura, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas próprias línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Nos cursos de magistério indígena Ibaorebu e Mêbêngôkre, Panará e Tapajuna (MPT) foram realizadas etapas de processo de formação, com a participação de 170 estudantes.

- Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a FUNAI iniciou estudos visando a construção e institucionalização de instrumentos de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena em todos os níveis, incluindo a especificação de um Sistema de Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Educação Escolar Indígena, que será concluída em 2013. A Funai atua em todas as suas ações de educação em articulação com o Ministério da Educação.

- Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena

Análise Situacional da Meta

Essa foi uma demanda da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, realizada entre 16 e 20 de novembro de 2009, que inaugurou espaço de diálogo entre organizações indígenas, indigenistas, sociedade civil e órgãos governamentais para debater e recomendar diretrizes que orientem políticas educacionais específicas. No sentido de avançar na efetividade do direito a uma educação escolar indígena diferenciada, específica, multilíngue e intercultural, os povos indígenas aprovaram a construção de um sistema próprio para a educação escolar indígena, com estrutura e normas condizentes com as propostas políticas e pedagógicas das escolas indígenas, fundamentadas nos projetos societários dos diferentes povos indígenas. Está em processo inicial a articulação com as instituições afins e com os povos indígenas, para a construção/elaboração de subsídios, e consequente publicação de estudos, na perspectiva de definir um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena.

- Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena

Análise Situacional da Meta

A Funai vem apoiando projetos educativos especiais, de caráter comunitários, voltados à valorização cultural, à sustentabilidade e a outras formas de socialização e intercâmbio de conhecimentos não restritos à educação escolar. São projetos na linha da Educação para a Sustentabilidade, e que, embora não sejam diretamente relacionados às metas, são coerentes com os princípios gerais do Objetivo 0952 do PPA 2012-2015. No que concerne a promoção da cidadania, a Funai apoiou técnica e financeiramente no valor de R\$ 878.822,00 (oitocentos e setenta e oito mil oitocentos e vinte e dois reais) a 25 (vinte e cinco) projetos educativos comunitários, voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais, em articulações intersetoriais e interinstitucionais. Dez projetos de educação para a sustentabilidade foram apoiados dentro dessa meta, no sentido de ampliar e complementar essa formação para que os professores indígenas atuem como pesquisadores e multiplicadores da cultura e de práticas sustentáveis. Ao longo de 2012 a Funai, em articulação com o MEC, coordenou as ações e atividades decorrentes das discussões e implantação dos Territórios Etnoeducacionais contemplando as etapas de consultas, construção dos instrumentos de pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas. Em 2012 foi pactuado mais um, totalizando 22 Territórios Etnoeducacionais pactuados e que estão em diferentes graus de implementação e, além disso, foram realizadas três reuniões com recursos da Funai. Foram realizadas reuniões de 5 territórios etnoeducacionais com apoio da FUNAI e MEC, reunindo em cada evento a média de 40 representantes indígenas e 25 representantes não indígenas das instituições que atuam na área de educação dos estados e municípios.

- Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas

Análise Situacional da Meta

A partir das demandas dos povos indígenas e em articulação com a SETEC-MEC e Institutos Federais foram articulados e implementados cursos de Formação Profissional, modalidade de Ensino Médio Integrado (Médio Técnico) e formação inicial profissional para os povos indígenas, em caráter piloto com projetos pedagógicos específicos, nos seguintes lugares: i) Curso Médio Técnico em Agroecologia dos Povos do Sudeste do Pará, atendendo 38 alunos de 6 povos, Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá; ii) Curso de Agricultura Mehi (Povo Canela, Formação Agricultura), com 80 cursistas em fase de implantação; iii) Curso Médio Técnico em Meio Ambiente e Gestão Territorial, para os povos Krikati, Gavião e Guajajara de Araribóia, em fase de finalização do Projeto Pedagógico e de Funcionamento, Instituto Federal de Educação do Maranhão, Campus Imperatriz; iv) Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku, em funcionamento com 214 indígenas nos cursos médios técnicos de Agroecologia, Técnico de Enfermagem, e Magistério Intercultural, em fase de conversações para parceria com o Instituto Federal de Educação do Pará, Campus Rural de Marabá; v) Em fase de discussão propostas de cursos os Tapirapé e Krahô, em diálogo com o Instituto Federal de Educação do Tocantins.

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se a reestruturação organizacional da Fundação, por meio do Decreto 7.778 de julho de 2012; a aprovação do novo Regimento Interno, mediante a Portaria nº 1.733, de 27 de dezembro de 2012, e a instituição de sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação no âmbito da Fundação, por meio da Portaria nº 1.746/Pres, de 28 de dezembro de 2012, considerando, dentre outras, a importância de melhorias contínuas da capacidade de gestão, do acompanhamento e da avaliação das iniciativas, ações, projetos e atividades a cargo da Fundação, com vistas ao cumprimento da sua missão institucional. Para 2013, está prevista a implantação de novos arranjos de gestão em colegiados com o propósito de promover o alinhamento de objetivos, o monitoramento das metas e a avaliação dos resultados, a fim de possibilitar a racionalização dos recursos públicos e a efetividade dos resultados entregues aos povos indígenas e à sociedade brasileira.

Metas 2012-2015

- Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI

Análise Situacional da Meta

As principais realizações do período no tocante a adequação de infraestrutura física e de tecnologia de informação foram as aquisições e contratações realizadas em 2012 para prover meios físicos e lógicos para dar suporte à Sede da Funai e às Coordenações Regionais, com a aquisição de infraestrutura física de ativos de rede (switch) para suprir, de imediato, a necessidade para a implantação da rede de comunicações da Sede da Funai; aquisição de microcomputadores com sistema operacional para substituir equipamentos com tecnologias ultrapassadas que dificultavam a reposição de peças e partes; aquisição de infraestrutura física composta por Servidores, Software de Virtualização, Storage SAN, Switch SAN e Biblioteca de Backup para substituir equipamentos antigos, que apresentavam constantes defeitos, sem garantia de manutenção e que já não suportavam as demandas das aplicações da instituição; aquisição de solução composta por Sistema de Comunicação e Telefonia IP (VOIP), com o objetivo de oferecer melhoria na comunicação da Funai com suas Coordenações Regionais e vice-versa, além de poder gerar economia de custos e maior produtividade; contratação de link de Internet para melhoria do acesso com aumento da velocidade de conexão. Os seguintes fatores que contribuíram para a execução da Meta: cumprimento de normas estabelecidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI para os órgãos que compõem o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP (IN/SLTI nº 4/2010); observância às orientações relativas à TI emanadas do órgão de fiscalização TCU; atuação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da FUNAI para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da FUNAI por meio da Portaria nº 1, de 24 de julho de 2012, publicado no DOU nº 144, de 26 de julho de 2012, que permitiu a aquisição e contratação de bens e serviços de TI; atuação da Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação - COGETI para atualizar e modernizar a infraestrutura de TI, e, adotar as boas práticas e procedimentos relacionados à Tecnologia da Informação. Para o próximo período, espera-se continuar o processo de melhoria da infraestrutura física e lógica da rede corporativa de dados da FUNAI para a Sede e Coordenações Regionais; dispor de rede de comunicações com conexão exclusiva entre a Sede, Coordenações Regionais e Museu do Índio; prover melhor segurança dos dados institucionais que trafegam na rede corporativa da FUNAI; dispor de serviço de impressão corporativa; dispor de hardware e software suficiente para auxiliar as tarefas diárias operacionais da FUNAI.

- Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram instalados quinze Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã e controle social. Também se realizou, na Instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos membros dos Comitês. Contribuiu muito para o atingimento da meta a efetiva participação dos representantes das comunidades indígenas e dos servidores das Coordenações Regionais da Funai, fortalecendo o processo de gestão compartilhada. Para o exercício de 2013, pretende-se instalar o restante dos Comitês Regionais num total de dez, com isso atingindo-se a meta de um Comitê para cada Coordenação Regional, ou seja, 37.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

13/12/2012

- Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena Análise Situacional da Meta

As principais realizações foram a implantação da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII), nos módulos Fundiário; Informações Indígenas; Proteção Territorial; Índios Isolados; Licenciamento Ambiental; e Administrativo (Funcionalidades Complementares); Áreas gestoras em processo de cadastro das informações/dados pertinentes a cada um dos respectivos módulos, bem como a utilização dos mesmos para apoiar as ações pertinentes às atividades finalísticas da Funai; a segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII), implantação prevista para o 1º Semestre de 2013, teve todas as atividades de levantamento, especificação e validação de seu escopo encerradas em 2012, módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM). A previsão de realização para o próximo período é a implantação da segunda etapa do Sistema Indigenista de Informações (SII), previsto para o 1º Semestre de 2013, com os seguintes módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM); a contratação de serviço de Fábrica de Software e Métrica para garantir a continuidade e evolução do Sistema; a aquisição de solução de monitoramento das políticas e projetos.

- Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista o desenvolvimento de pessoal e em cumprimento aos dispositivos legais, no ano de 2012 a Funai publicou a Portaria nº 797/PRES, de 25 de junho de 2012, que contempla os procedimentos institucionais relativos à capacitação dos servidores em exercício na Funai. O referido dispositivo tem por finalidade nortear a elaboração e execução das ações de capacitação de servidores desta Fundação, bem como orientá-los sobre os procedimentos internos sobre o assunto. Tais ações objetivam desenvolver as competências individuais por intermédio do diálogo com o servidor e em consonância com as necessidades institucionais. No ano de 2012, foram capacitados 891 servidores, ao custo de aproximadamente R\$ 715.000,00 (setecentos e quinze mil reais). Os referidos cursos realizados tiveram por finalidade atuar nas seguintes trilhas de desenvolvimento, previstas na Portaria nº 797/PRES: Institucional, Promoção da Excelência Administrativa, Gerencial, Gestão Orçamentária e Técnico-Institucional. Destaca-se os cursos em company das áreas de logística e de orçamento realizados, respectivamente, em parceria com a ENAP – Escola Nacional de Administração Pública e com a ESAF – Escola de Administração Fazendária, no Centro de Formação em Política Indigenista. Por fim, ressalta-se que há a perspectiva de promover ações de desenvolvimento com base nas trilhas estabelecidas na referida norma de capacitação em consonância com as competências individuais e institucionais a serem identificadas e mapeadas no decorrer deste ano.

Quantidade alcançada

891

Data de Referência

31/12/2012

- Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi dada prioridade aos estudos para a institucionalização de um novo modelo de gestão da FUNAI, portanto, as ações para a consecução desta meta serão inseridas nos Planos de Ação para execução nos anos de 2013 e 2014.

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), elaborou em 2012, o Plano Estratégico de Reestruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), a partir da criação do Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e Segurança Alimentar dos Povos Indígenas (Decreto Presidencial de 5 de junho de 2012). O plano visa prevenir óbitos maternos e infantis e fortalecer as ações de atenção básica nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e para sua implementação imediata, foram definidos 16 DSEI prioritários, que concentram 70% dos óbitos em menores de um ano. Dentre as ações realizadas no ano de 2012 destacam-se: a) Ações intensivas de atenção à saúde em

seis DSEI (Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Vale do Javari e Xavante) com 9.700 atendimentos em regiões com altos índices de mortalidade infantil e de difícil acesso geográfico; b) Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária; c) Capacitação de 284 profissionais na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância (AIDPI), como estratégia para o aprimoramento das ações de saúde com ênfase na redução da Mortalidade Infantil; d) Estruturação e aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos DSEI com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena, e a implementação da suplementação de Vitamina A; e) Realizados treinamentos nos 34 DSEI para a aplicação de testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatite B e C.

No que se refere ao saneamento em áreas indígenas, destacam-se a contratação de 128 obras para implantação de novos Sistemas de Abastecimento de Água, beneficiando aproximadamente 50.000 indígenas, além da reforma de 170 sistemas existentes e execução de 94 Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD). No que tange a estruturação física para atendimento à saúde indígena, foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (CASAI); reforma/ampliação de cinco CASAI, construção de três Polos Base, nove Postos de Saúde, reforma da sede do DSEI Litoral Sul e a construção de dez Unidades de Apoio para Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN) no DSEI Médio Rio Solimões. A Sesai tem, ainda, como uma de suas missões o fortalecimento das instâncias de controle social por meio do apoio administrativo, financeiro e técnico. O Controle Social Indígena é exercido pelos Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI). Durante o ano de 2012, foram realizadas as seguintes ações: a) Estruturação e funcionamento dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena; b) Regularização de 94% dos mandatos eletivos dos Presidentes e Vice-Presidentes; c) Realização de 103 reuniões de CONDISI e sete reuniões do Fórum de Presidentes e entrega a quinze Conselhos de quinze Kits do Programa de Inclusão Digital (computador, impressora, TV e antena parabólica).

Destacam-se ainda:

- a) Implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HORUS) nos 34 DSEI e em 68 CASAI;
- b) Desenvolvimento de Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena com a execução de dois projetos piloto;
- c) Aquisição de 129 itens da tabela da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) para distribuição aos 34 DSEI; e
- d) Aquisição e distribuição para quinze DSEI de 25 unidades odontológicas móveis.

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde

Análise Situacional da Meta

Para o alcance da meta, diversas ações foram implantadas como o reforço da vacinação de rotina, implementação do Mês da Vacinação dos Povos Indígenas em todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI e Operação Gota nos DSEI com áreas de difícil acesso. As metas anuais foram escalonadas, sendo que para o ano de 2012 a meta estabelecida foi de 70% de percentual de crianças menores de 7 anos com esquema vacinal completo. Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária.

Quantidade alcançada

71

Data de Referência

31/12/2012

- Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, foram assinados Contratos de Ação Pública entre o Ministério da Saúde e os Estados do Mato Grosso do Sul e do Ceará. Em todas as regiões com populações indígenas destes estados (12) houve a participação dos DSEI nos processos de contratualização.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, a Sesai participou parcialmente das contratualizações da Rede Cegonha. Para 2013, deverá ser desenvolvido um indicador capaz de medir a inserção dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI nos processos de contratualização e implementação da Rede Cegonha.

- Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes**Análise Situacional da Meta**

Com base em critérios de prioridade (mortalidade infantil, operacionalidade, déficit de aldeias sem sistemas de abastecimento de água, déficit de população sem água e aldeias contidas nos municípios do Brasil Sem Miséria), iniciou-se a elaboração dos projetos pelas equipes técnicas dos DSEI. Todos os processos e projetos foram analisados pelos Departamentos de Saneamento e Departamento de Gestão da Sesai. Foram contratadas 128 obras de implantação de sistemas de abastecimento de água e beneficiadas 428 aldeias.

Quantidade alcançada

428

Data de Referência

31/12/2012

- Implantar, reformar e estruturar 68 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015**Análise Situacional da Meta**

Foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (Casai); reforma/ampliação de cinco Casas.

- Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena**Análise Situacional da Meta**

Durante a 237ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ocorrida no período de 12 a 13 de setembro de 2012, foi aprovado o temário, eixos temáticos, etapas e regimento interno da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena cujo tema central será "Saúde Indígena no SUS: direito, acesso e diversidade" programada para 2013.